

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – NEAD
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS
PORTUGUÊS

JOÃO VITOR FERREIRA MARTINS

**O FENÔMENO VARIAÇÃO LINGUÍSTICA:
UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE GILBUÉS-PI**

GILBUÉS – PI

2024

JOÃO VITOR FERREIRA MARTINS

**O FENÔMENO VARIAÇÃO LINGUÍSTICA:
UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE GILBUÉS-PI**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em Letras Português, modalidade EaD, da Universidade Estadual do Piauí, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Letras Português.

Orientadora: Profa. Dra. Jurema da Silva Araújo

JOÃO VITOR FERREIRA MARTINS

**O fenômeno variação linguística: um estudo de caso no município
de Gilbués – PI**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em Letras Português, modalidade EaD, da Universidade Estadual do Piauí, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Letras Português.

Orientadora: Profa. Dra. Jurema da Silva Araújo

Aprovada em: 25/01/2025.

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente
JUREMA DA SILVA ARAUJO
Data: 26/02/2025 12:40:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Jurema da Silva Araújo – UEMA

Presidente



Documento assinado digitalmente
HEBERTON MENDES CASSIANO
Data: 26/02/2025 12:36:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Héberton Mendes Cassiano – UFRN

Primeiro Examinador



Documento assinado digitalmente
MARCOS HELAM ALVES DA SILVA
Data: 26/02/2025 12:11:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Marcos Helam Alves da Silva – UESPI

Segundo Examinador

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a quem colaborou diretamente comigo: meus colegas e professores (Thais Amélia, Katia Pugas e Jurema Araújo) sem os quais eu não teria concluído este TCC.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de expressar minha gratidão a Deus por me manter em seus braços. Sempre me fortalecendo, sem a sua graça, nada sou.

Sou grato aos meus pais (Renilson e Maria Ecy) e, em especial, meus avós (João Martins, Maria Antônia, Josefa, Augustinho), por dedicarem seus dias a mim. Desde o meu nascimento, vocês têm se esforçado incessantemente para me ver feliz. Por todas as noites sem dormir que compartilhamos nessa jornada. durante a caminhada, pelas vezes que me disse "vá dormir, amanhã você termina esse caminho". "Trabalho", mas persistia ali, para me sustentar. Amo-te, luz da minha existência, essa conquista é nossa. Também gostaria de expressar minha gratidão a minha tia, Josimara, que sempre me deu suporte. Sempre se orgulhava de ver seus sobrinhos tomar decisões.

Esta vitória é também sua: minhas irmãs Maria Raquel e Ana Beatriz, que constantemente me apoiaram e me deram todo o amor e afeto. Em homenagem aos meus amigos, aqueles que me apoiaram nessa luta, suportaram minhas crises de lágrimas.

Uma jornada dupla de trabalhar e estudar simultaneamente. Agradeço à docente Kátia Pugas por concordar em me guiar, as suas lições e o seu empenho me conquistaram e me fizeram acreditar que poderia alcançar esse ponto. Agradeço imensamente a todos!

Por último, mas não menos relevante, agradeço a mim mesmo por ter alcançado esse ponto da etapa final, enfrentando diversas dificuldades, diversas crises de ansiedade e muita tensão.

Hoje vejo que, com determinação e a graça divina, tudo é possível para quem tem fé, e eu confiei.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a questão da variação linguística no contexto escolar, no município de Gilbués-PI. Para tanto, estudiosos da área como Bortoni Ricardo (2004), Dino Preti (2003), Irandé Antunes (2007), Marcos Bagno (2002) dentre outros serão a nossa base teórica para as análises e reflexões aqui contidas. Para tal, fizemos uso da pesquisa qualitativa de cunho etnográfico, onde registramos as falas dos alunos, com construções que se afastam do padrão, bem como a aplicação de um questionário com o professor da sala, na qual ocorreu a pesquisa. Por meio da pesquisa, pudemos perceber que o educador possui conhecimentos sociolinguísticos e não vê a variação linguística como um “erro”. Em relação aos alunos, eles apresentaram alguns fenômenos durante a interação oral, tais como: monotongação, desnasalização, prótese, assimilação, ditongação e falta de concordância no plural. A funcionalidade da linguagem vem sendo observada e estudada há algum tempo, conhecida como sociolinguística variacionista. Considera a grande variedade de expressões verbais de uma língua, ou seja, suas variações. Essa variedade pode ter muitas causas, como regionalismo, cultura, formação histórica, entre outras. Além disso, situações diferentes também podem exigir formas diferentes de falar, o que também caracteriza a variação linguística. Essas diferenças em verbalização podem gerar outro fenômeno na linguagem, pois isto se deve principalmente à falta de informações sobre a variação linguística. Conclui-se, então, que a variação linguística está presente nas escolas e que o papel do professor é bastante importante para a superação de estigmas relacionados à linguagem não-padrão e à ascensão do aluno frente à linguagem padrão.

Palavras-chave: Sociolinguística; Variação Linguística; Escola.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the issue of linguistic variation in the school context in the municipality of Gilbués, PI. To this end, scholars in the field such as Bortoni Ricardo (2004), Dino Preti (2003), Irandé Antunes (2007), Marcos Bagno (2002), among others, will be our theoretical basis for the analysis and reflections contained herein. To this end, we used ethnographic qualitative research, in which we recorded the students' speeches, with constructions that deviate from the standard, as well as applying a questionnaire with the teacher of the classroom in which the research took place. Through the research, we were able to see that the teacher has sociolinguistic knowledge and does not see linguistic variation as an “error”. As for the students, they showed some phenomena during oral interaction, such as: monophthongization, de-nasalization, prosthesis, assimilation, diphthongization and lack of agreement in the plural. The functionality of language has been observed and studied for some time, known as variationist sociolinguistics. They consider the wide variety of verbal expressions of a language, in other words, its variations. This variety can have many causes, such as regionalism, culture, historical background, among others. In addition, different situations can also require different ways of speaking, which also characterizes linguistic variation. These differences in verbalization can generate another phenomenon in language, which is mainly due to a lack of information about linguistic variation. It can be concluded, then, that linguistic variation is present in schools and that the role of the teacher is very important in overcoming stigmas related to non-standard language and the rise of the student in relation to standard language.

Key words: Sociolinguistics; Linguistic variation; School.

SIGLA

PCNs –

EJA –

LP –

CDs –

DVD –

TV –

DCNs –

NP –

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
2 SOCIOLINGÜÍSTICA E VARIAÇÃO	12
2.1 REFLEXÕES SOBRE A LÍNGUA COMO PRÁTICA SOCIAL	14
3 VARIAÇÃO DE ACORDO COM O CONTEXTO.....	17
3.1 NORMA PADRÃO COMO REFERÊNCIA PARA FALAR-SE BEM	18
3.2 A VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA NO CONTEXTO ESCOLAR BRASILEIRO	21
3.3 VISÃO MULTIDISCIPLINAR NA EDUCAÇÃO	23
4. QUESTIONÁRIOS SOCIOLINGÜÍSTICOS	25
4.1 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

INTRODUÇÃO

Vivemos em um mundo completamente heterogêneo e, portanto, de linguagem. E um dos efeitos dessa heterogeneidade é a variação linguística, que tem sido alvo de equívocos, derivados de atitudes de estereótipos que atingem pessoas as quais não têm vocabulário baseado na Norma Padrão (NP), que é considerada por muitos como a única maneira certa de falar. Alguns estudos sociolinguísticos nos mostraram que a variação é algo natural entre os falantes e que tem uma estreita relação com a sociedade em que o indivíduo está inserido, bem como os fatores extralinguísticos que condicionam tal fenômeno.

Diante dessa realidade, vimos a importância de investigar a variação linguística em sala de aula, motivados, sobretudo, pela busca da superação do preconceito para com aqueles que não possuem dialetos como os prescritos pela gramática, levando em consideração que a escola é o melhor espaço para trabalhar tal superação. Vale salientar, nesse sentido, que o acesso a NP da linguagem é um direito do aluno e a escola cumpre muito bem essa tarefa, dando-lhes oportunidades de desempenhar seus papéis de forma igualitária na sociedade, no que tange à linguagem.

Frente a essas questões linguísticas, este trabalho tem como objetivo geral analisar a variação explicitada nas falas dos alunos de uma escola da rede pública de ensino, do município de Gilbués-PI. Nossos objetivos específicos são:

- a) refletir sobre a variação como algo natural e não como algo inerente ao fenômeno da linguagem;
- b) discutir algumas concepções acerca da Sociolinguística e de sua contribuição para a educação;
- c) investigar a ocorrência da variação linguística no contexto escolar.

Para tanto, estudiosos da área como Bortoni-Ricardo (2004), Dino Preti (2003), Irandé Antunes (2007) e Marcos Bagno (2002) serão a nossa base teórica para as análises e as reflexões aqui contidas, tendo em vista que esses autores colaboram com o assunto explorado nesta pesquisa. Na primeira parte deste trabalho, discorreremos sobre aspectos relacionados à sociolinguística e à variação, de forma que descrevemos pontos relevantes sobre a norma padrão e a variação de acordo com o contexto.

Mostramos, ainda, o quanto a norma padrão tem sido considerada, pela maioria dos falantes, a referência para falar-se bem e a relação da sociolinguística com a educação, bem como sua contribuição para ela. Na parte seguinte, tratamos dos procedimentos metodológicos adotados para a execução da pesquisa na escola, apresentando os sujeitos e os instrumentos

adotados. Na terceira parte, trazemos a análise e a discussão dos resultados com os dados obtidos por meio da pesquisa. Por último, trazemos as Considerações Finais, ressaltando pontos que foram importantes no decorrer do trabalho, bem como as Referências Bibliográficas.

2 SOCIOLINGÜÍSTICA E VARIAÇÃO

Os estudos sociolinguísticos iniciaram-se nos Estados Unidos nas décadas de 1950 e 1960, tendo como precursor o linguista norte-americano William Labov (1972), o qual iniciou os estudos sobre variação linguística buscando, dessa forma, mostrar a heterogeneidade da língua falada e, conseqüentemente, que a língua não é usada igualmente por todos. A partir disso, surge uma nova área de estudos linguísticos denominada Sociolinguística, com o intuito de estudar e analisar a estreita relação que há entre a língua e a sociedade, tendo assim como principal objeto de estudo a questão da variação observada na língua e motivada por fatores de ordem social.

Dessa forma, percebe-se o quanto Labov (*op. cit.*) teve um papel bastante importante para a desmistificação da homogeneidade linguística. É importante destacar, nesse sentido, que a Sociolinguística trata a questão da variação como algo normal dentro da sociedade e não como um problema ou “erro”, de forma que tais variações representam diferentes modos de falar a mesma coisa e possuem seus devidos valores, de acordo com um dado contexto de aplicação.

Para a realização deste estudo, adotamos a pesquisa qualitativa de cunho etnográfico para que possamos investigar sobre a incidência da variação linguística presente nas salas de aulas. Segundo Bortoni-Ricardo (2008): O objetivo da pesquisa qualitativa em sala de aula, em especial a etnográfica, é o desvelamento do que está dentro da “caixa preta” no dia a dia dos ambientes escolares, identificando processos que por serem rotineiros, tornam-se “invisíveis” para os atores que deles participam (BORTONI-RICARDO, 2008, p. 49).

Dessa forma, buscamos observar e registrar momentos de falas não monitoradas dos alunos, bem como a postura da professora frente às palavras consideradas “erradas” e, ainda, a aplicação de um questionário com ela, objetivando analisar seus conhecimentos sobre a temática em questão para que mais adiante esses elementos sejam objeto de análise. Essa pesquisa foi realizada em uma escola municipal na cidade de Gilbués- PI, em uma sala de 6/7 ano do EJA (Educação de Jovens e Adultos), na qual existiam 09 alunos constituindo, juntamente com a educadora, os sujeitos desta pesquisa.

Para a realização deste estudo, foi feita, inicialmente, uma visita à escola escolhida, de forma a expor o objetivo da pesquisa não só à direção, mas à professora e à turma escolhida. A respeito disso, Bortoni-Ricardo (2008) advoga que “é importante que o pesquisador discuta com eles a natureza e os objetivos de sua pesquisa e obtenha autorização para poder frequentar a escola e entrar nas salas de aula” (p.57).

A referida pesquisa aconteceu em um período de 20 aulas, na qual observamos e tomamos nota dos dialetos “errados” dos alunos. A partir desse material coletado, buscamos analisar possíveis fatores que interferem nessa variação linguística, a exemplo do status socioeconômico e as variedades geográficas, aqui entendidas como falares rurais e urbanos desses alunos.

Desse modo, procura-se superar todas as formas de discriminação, exclusão e preconceito no que tange à linguagem, em relação às variáveis menos prestigiadas. Nesse contexto, a sociolinguística vem estudar a linguagem em situações reais de uso, analisando essas variações como, de fato, ocorrem e eliminando, assim, questões hipotéticas e “fantasiosas” de uma linguagem comum a todos.

Entende-se, então, que a língua é plural e a variação é algo comum e natural. Salientamos, ainda, que a linguagem assume variadas formas de uso que se vão revelando de acordo com o falante e com elementos distintos tais como: idade, grau de escolaridade e status socioeconômico, entre outros, os quais revelam esta gama de variedades no que tange aos dialetos usados pelos falantes.

Essas variações apresentam-se na linguagem em si, não condicionadas, somente, por fatores geográficos, como é o caso da variação existente entre falares rurais e urbanos, a qual trataremos mais adiante. Explicitaremos, a seguir, como ocorre a variação de acordo com esses elementos mencionados anteriormente, com base nos estudos de Bortoni-Ricardo (2004):

- Idade: São perceptíveis mudanças linguísticas no que diz respeito à diferença de idade entre os falantes. Os indivíduos mais velhos possuem um dialeto bastante diferente dos jovens atuais, trazendo em seu repertório linguístico palavras em desuso na contemporaneidade. Já os mais novos têm seu repertório cheio de gírias e um jeito de falar mais despojado. No que tange ao nível infantil, é possível identificar que a criança possui algumas deficiências em seu vocabulário que condizem com sua própria idade.
- Grau de escolaridade: São nítidas as variações existentes entre indivíduos que possuem um elevado grau de escolaridade e indivíduos analfabetos ou que, por alguma razão, não terminaram seus estudos. Acrescenta-se, portanto, nesse contexto, o status socioeconômico como um fator condicionante para o sucesso ou fracasso escolar de um indivíduo, pois quanto maior a escolaridade de um indivíduo, mais elevado será seu vocabulário em detrimento de outro que pouco frequentou a escola ou nem sequer chegou a ir a uma por ter que cumprir e/ou ajudar na parte financeira da família. A respeito disso, Dino (2003, p.29) afirma que “não há dúvida de que só a frequência à escola possibilitaria ao falante dominar tais formas, ausentes da linguagem popular”.

- Status socioeconômico: Muitas vezes, o preconceito linguístico ocorre subsidiado pelo status socioeconômico que o indivíduo possui. Assim, os considerados mais letrados atribuem “erros” ao dialeto falado por sujeitos que constituem as camadas menos favorecidas socialmente, por não condizerem com as regras impostas pela gramática.

Diante disso, Gnerre (BAGNO, 2002 p. 64) diz que “[...] uma língua ou variedade de língua vale o que vale seus falantes”. Com base nisso, podemos dizer que a superioridade de uma língua sobre outra é uma construção inteiramente social, criada pelas classes de maior prestígio. Diante de todos esses casos, se faz necessário pensar e entender a linguagem como heterogênea e, acima de tudo, reconhecer e valorizar as diversidades linguísticas existentes em nosso meio, buscando compreender que todas as variantes são válidas e que não existe uma norma melhor que a outra.

2.1 REFLEXÕES SOBRE A LÍNGUA COMO PRÁTICA SOCIAL

A rigor, as normas são compiladas pela Gramática Normativa, acusada de perpetuar a noção de erro, que é resultante "de visões de mundo, valor, de crenças culturais, de ideologias" (BAGNO, 2007a, p. 61), uma vez que a língua, vista de dois lados, pode comportar duas ordens que se contrapõem: a primeira, relativa ao discurso científico, trabalha com noções de variação e mudança; a segunda, firmada pelo senso comum, opera com a noção de erro e concepções já ultrapassadas, além de preconceitos sociais.

Dessa forma, é necessário, para a investigação de dois pontos de vista díspares, recorrer à Sociolinguística, porque se trata de uma ciência interdisciplinar que não apregoa conceitos e discriminações que podem levar à exclusão social (BAGNO, 2007a). Não obstante, não se pretende, nem é prudente, alijar do ensino de gramática os indivíduos que da língua fazem uso, uma vez que, na língua escrita ou falada, há padrões que, reconhecidos, facilitam o entendimento do idioma. Isso logicamente não significa que, no reconhecimento da norma, encerram-se as verdades de uso de um idioma, inclusive porque a escrita não reflete fidedignamente a fala, e vice-versa.

Escrita e fala são dois modos a partir do qual é possível se expressar por meio do idioma. Há, então, lugar para convívio entre norma e uso? Basta quantificar dados e entender como se estrutura o uso linguístico para que à língua seja conferido o devido trato social?

A princípio, é importante registrar que, mesmo com foco na fala, a Sociolinguística variacionista não exclui a escrita de suas possibilidades de análise, visto que nela a variação também pode se manifestar. O que significa, contudo, dizer que as línguas variam? Segundo Beline (2014), em sentido amplo, a variação pode ser pensada a partir das diferentes línguas que existem no mundo e — afunilando o foco para a análise de apenas um país (o Brasil, por exemplo) — a partir das diferenças existentes na língua, que apesar de comportarem a diversidade linguística, não impedem a comunicação entre os falantes.

Ainda que essa variação seja detectada no léxico do idioma, o que importa é que existe a possibilidade de referência a um mesmo objeto, fruta, planta, etc., pela utilização de vocábulos diversos. Além do léxico, a variação pode ocorrer a depender do lugar (variação diatópica) em que a língua é manejada, bem como da situação de formalidade de uso (variação diafásica), dentre outras. Essa explicação sintética de Beline (2014) demonstra não só que existem várias formas possíveis de ocorrência de um vocábulo, mas também que:

[...] as atitudes linguísticas são poderoso fator de evolução das línguas". Aliás, Labov (2008) assevera que, em todos os níveis da língua, ocorre variação, seja fonético-fonológica, morfológica, sintática, semântica, lexical, estilístico-pragmática, mas registra que essa variação não é fortuita e sujeita ao caos, mas organizada e condicionada por fatores linguísticos e extralinguísticos.

No entanto, embora a crítica à Gramática Normativa seja válida, não se deve excluir o ensino da língua e os seus padrões. Reconhecer as normas gramaticais, tanto na fala quanto na escrita, facilita a compreensão do idioma, sem que isso signifique que esses padrões sejam verdades absolutas. A escrita, muitas vezes vista como a forma mais rígida da língua, não reflete de maneira fiel a fala, e a fala não reflete a escrita. Portanto, há um espaço legítimo para a convivência entre normas e usos linguísticos. A Sociolinguística, ao se concentrar principalmente na fala, também confirma a importância da escrita em suas análises, considerando que nela também se manifestam variações linguísticas.

Quando se afirma que as línguas variam, a variação pode ser entendida de várias formas. Beline (2014) sugere que, em um sentido mais amplo, pode-se observar a variação entre as diferentes línguas do mundo. Se restringirmos a análise a um país como o Brasil, por exemplo, a variação se torna visível dentro da própria língua, sem prejudicar a comunicação entre os falantes. Tal diversidade pode se manifestar no vocabulário, no qual palavras diferentes podem ser usadas para se referir ao mesmo objeto ou conceito, como frutas ou plantas. Além disso, a variação linguística pode ocorrer de acordo com a localização geográfica (variação diatópica) ou com o nível de formalidade da comunicação (variação diafásica), entre outras.

A explicação de Beline (2014) não apenas mostra que há várias maneiras de expressar

um mesmo conceito, mas também destaca o impacto das atitudes linguísticas no desenvolvimento das línguas. Como afirma Calvet (2002), as atitudes em relação à língua são um fator poderoso para sua evolução. Labov (2008) confirma que a variação ocorre em todos os níveis da língua, seja na fonologia, na morfologia, na sintaxe, na semântica, no léxico ou na pragmática estilística. No entanto, essa variação não é esperada nem caótica, mas segue uma lógica organizada e é condicionada por fatores tanto linguísticos quanto extralinguísticos.

A língua, enquanto um sistema coletivo de comunicação, facilita a criação de diversas práticas sociais em que a escrita se torna um elemento simbólico essencial para a interação. Nas sociedades grafocêntricas, mesmo aqueles considerados analfabetos precisam desenvolver habilidades para interagir socialmente por meio da escrita, especialmente quando a comunicação depende da compreensão de textos escritos.

Para Marcuschi (2001), as relações sociais contemporâneas são profundamente influenciadas pela escrita, o que leva até indivíduos analfabetos a buscarem formas de interagir com a língua escrita para participar da sociedade. Essas interações se concretizam por meio das práticas sociais de letramento, que se desenvolvem fora do ambiente escolar, mostrando que a escrita não é uma habilidade restrita à escola.

Marcuschi (2001) desafia a visão de que a escola é a única responsável pelo letramento e argumenta que é possível que indivíduos analfabetos possam ser considerados "letrados", na medida em que desenvolvem habilidades de uso linguístico fora do sistema formal de educação. Essas práticas sociais de letramento englobam formas de interação verbal que podem ocorrer por meio da língua oral ou escrita, sendo influenciadas pela posição socioeconômica e cultural dos sujeitos.

Um exemplo ilustrativo dessa ideia supracitada é o caso de analfabetos que, embora não dominem a escrita, recorrem a outras pessoas para se comunicarem por escrito, como quando precisam enviar uma carta a alguém distante. Embora esses indivíduos não saibam ler ou escrever de forma convencional, eles são capazes de reconhecer a importância da língua escrita como uma tecnologia que possibilita a comunicação a distância, demonstrando um certo nível de letramento social.

3 VARIAÇÃO DE ACORDO COM O CONTEXTO

O sociolinguista norte-americano Dell Hymes (1971), completando o que Chomsky (1965) chamou de competência linguística, criou o conceito de competência comunicativa. Para Chomsky (*op. cit.*), a competência linguística seria a capacidade que o indivíduo tem de, a partir de um conjunto de regras, formar sentenças comunicativas, essas bem formadas, possibilitando assim a comunicação entre as pessoas. De acordo com o referido autor, se há compreensão no que o indivíduo falou ou escreveu, houve comunicação, independente da gramática e da NP.

Para Dell Hymes (*op. cit.*), este conceito criado por Chomsky (*op. cit.*) era incompleto por não contemplar questões relacionadas à variação linguística. A respeito disto, Bortoni-Ricardo (2004) diz que: Hymes então propôs um novo conceito o de competência comunicativa, que é bastante amplo para incluir não só as regras que presidem à formação das 9 sentenças, mas também as normas sociais e culturais que definem a adequação da fala (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 73).

A variação linguística de um falante pode também ocorrer de acordo com a situação na qual ele está inserido, ou seja, a partir da competência comunicativa do indivíduo, ele pode adequar sua fala a um determinado contexto analisando, assim, a melhor forma de falar, para que ocorra o sucesso comunicativo entre locutor e interlocutor.

Ressaltamos, ainda, que é importante analisar o papel social que estamos desempenhando no momento da fala. Se estamos assumindo papel de professores, por exemplo, usamos uma linguagem voltada à NP, isto é, mais monitorada. No entanto, se estamos no papel de amiga(o), usamos uma linguagem popular, não monitorada. Sendo assim, percebe-se que escolhemos o estilo mais adequado ao nosso papel social em determinado contexto e no momento dos atos de fala.

O falante não precisará mudar definitivamente seu repertório linguístico, que é marca de sua cultura e de sua identidade, mas adequá-lo, fazendo bom uso da linguagem para alcançar-se o objetivo previsto de uma dada situação.

Os PCNs de língua portuguesa (BRASIL, 1997, p. 31), tratando desse assunto, dizem que “a questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, adequar o registro às diferentes situações comunicativas”.

Por conta da dinamicidade, o sistema de uma língua está sujeito à variação. Os fatores que favorecem a variação podem ser tanto de ordem interna quanto externa. Quando analisados

do ponto de vista interno, observamos que as condições fonéticas apresentam relativa contribuição, já que elas são facilmente observáveis.

3.1 NORMA PADRÃO COMO REFERÊNCIA PARA FALAR-SE BEM

Em contrapartida com o que a Sociolinguística busca, existe a Gramática Normativa que vem impor aos falantes um modo de falar considerado como único e correto, sendo considerado como “errado”, feio e estigmatizado, tudo o que se afaste desse modelo de fala. Bagno (2002), tratando desse assunto, afirma que: “[...] o uso que não está consagrado nessa ‘norma culta’ (o uso que não está abonado nas gramáticas normativas e nos dicionários) simplesmente ‘não 10 existe’ ou ‘não é português’” (p. 20).

De acordo com Bagno (2007) os metaplasmos por aumento acontecem a partir do acréscimo de um fonema a uma palavra já existente. Essa inserção implica na alteração da pronúncia da palavra, que em momento posterior pode vir a constituir um dos metaplasmos. Conforme a posição da inserção do fonema em relação à sílaba, os metaplasmos por aumento recebem diferentes nomeações. Assim, quando a inserção ocorre no início do vocábulo, tem-se a prótese, tal qual acontece no exemplo voar > avoar e nadar > anadar. Para os exemplos que ocorrem no meio da palavra, tem-se a epêntese, como pode ser visto em: beneficente > beneficiente, bandeja > bandeija, dentre outros.

Quando a inserção acontece para desfazer um encontro consonantal, ela é classificada como anaptixe (ou suarabácit), observa-se esse fenômeno nas palavras pneu > pineu e advogado > adevogado. Por fim, a paragoge (ou epítese) indica que um fonema foi adicionado ao final da palavra, como é possível perceber em: ante > antes e club > clube.

[...] o professor de gramática precisa abandonar a intenção de definir como a língua deve ser. Para expandir o conhecimento linguístico do aluno sem impô-lo preconceitos contra outras variedades e, sobretudo, contra a sua própria” (SILVA, 2002 apud SANTOS).

Dessa forma, cria-se a concepção de que a norma padrão é a melhor, “excluindo” todos aqueles que não fazem uso dessa linguagem imposta pela sociedade. A referida norma prega uma uniformidade na linguagem desconsiderando, assim, os dialetos que não seguem essa regra.

Historicamente, o dialeto culto, embasado pela norma padrão é tido como o melhor, o mais bonito e o de maior prestígio para ser usado pelos falantes. Já o dialeto popular ou não-culto, carrega consigo o status de feio e errado, atribuindo-se a essa variação um valor negativo. Entretanto, devemos observar que há vocábulos comuns a estes dois dialetos, os quais são

usados, portanto, por todos os indivíduos, indo daqueles mais escolarizados, e que constituem as camadas mais privilegiadas da sociedade, até aqueles que se encontram menos favorecidos. A partir desse aspecto, devemos pensar em uma linguagem comum, por abranger os dois dialetos.

Nesse contexto, Gleason (*apud* PRETI, 2003, p. 33) retrata que “linguagem comum é apenas uma designação para a maior parte do leque de interação entre as outras duas”. Por meio da pronúncia das palavras, é possível identificarmos elementos que constituem os dialetos culto e popular.

Entretanto, a pronúncia de algumas dessas palavras encontram-se presentes tanto nos estilos monitorados, quanto na fala mais espontânea, constituindo, assim, uma linguagem comum aos dois estilos. A exemplo disso, Preti (2003, p. 34) aponta que:

Mas também é certo que, nesse campo, muitas formas como fala, dizê, contô, falô, falaro, etc., já começam a ingressar também numa faixa de linguagem comum e não constituem mais elementos diferenciadores entre os dialetos sociais culto e popular.

É notório que a sociedade elegeu o dialeto culto, embasado pela norma padrão, como o melhor, considerando, em detrimento, todas as formas dialetais que não se encontram coerentes com a referida norma. Entretanto, para a Sociolinguística, isso é inaceitável, uma vez que essa área de estudo concebe a variação como um processo natural da língua, contribuindo, assim, para a não aceitação de atitudes preconceituosas.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1998, a Língua Portuguesa, especialmente aquela falada no Brasil, é especificada por uma diversidade dialetal que resulta da interação de fatores geográficos e sociais. Essa pluralidade linguística, porém, frequentemente gera preconceito, uma vez que variações menos prestigiadas são frequentemente vistas como inferiores ou erradas.

Nesse sentido, o papel da escola, portanto, deve ser o de promover o respeito às diferenças linguísticas, buscando ampliar a compreensão dos alunos sobre a legitimidade de todas as formas linguísticas. Segundo os PCNs,

“[...] é importante que o aluno, ao aprender novas formas linguísticas, particularmente a escrita e o padrão de oralidade mais formal orientado pela tradição gramatical, entenda que todas as variedades linguísticas são legítimas e próprias da história e da cultura humana”.

No modelo tradicional de ensino da Língua Portuguesa, a ênfase recai sobre o que é considerado "correto" e "incorreto", com um foco quase exclusivo nas normas gramaticais. Entretanto, cada indivíduo possui uma maneira própria de falar, influenciada por fatores como suas origens geográficas, sociais e familiares. A abordagem pedagógica da língua materna

precisa, assim, levar em conta essas variações, promovendo a conscientização dos alunos sobre como adequar sua linguagem a diferentes contextos de comunicação. De acordo com Antunes (2009, p. 35), “a língua é uma atividade funcional”, o que implica que seu uso é diretamente direcionado ao espaço e à cultura de seus falantes.

Os PCNs ainda ressaltam que a escola deve ensinar ao aluno a utilizar a linguagem oral em contextos planejados. O ensino deve, portanto, buscar ampliar a competência comunicativa dos alunos, respeitando as diversas formas de linguagem presentes em seu cotidiano, sem desconsiderar a norma padrão.

O conceito de variação refere-se a uma propriedade inerente às línguas humanas: a diversidade. A palavra língua nos proporciona uma sensação de uniformidade, homogeneidade, que não se alinha com a realidade. Quando nos referimos ao português, ao francês, ao chinês, ao árabe e a outros idiomas, empregamos uma única designação para descrever a diversidade de estilos de fala resultantes da diversidade das sociedades e das culturas onde as línguas são faladas. Cada uma dessas formas de expressão é conhecida como variedade linguística. Portanto, muitos escritores caracterizam a língua como "um agrupamento de variedades", trocando a ideia de língua como um sistema pela de um polissistema, composto por essas diversas variedades.

A diversidade linguística se expressa desde o nível mais alto e coletivo — como na comparação entre o português falado em dois países distintos (Brasil e Angola) — até o mais baixo e individual, ao analisarmos a maneira de falar de um indivíduo.

A tal ponto que se pode afirmar que a quantidade de "línguas" em um país é equivalente à população de seu território. Entre esses dois extremos, observa-se a variação em vários outros níveis: regiões metropolitanas, estados, regiões internas dos estados, classes sociais, idades, níveis de renda, níveis de instrução, profissões, acesso às tecnologias de informação, usos escritos e usos orais.

A percepção de que a língua é mutável vem da Antiguidade, quando os primeiros pesquisadores do idioma grego tentaram organizá-lo para fins didáticos e críticos literários. Contudo, eles fizeram uma avaliação desfavorável da variação, considerando-a um entrave para a unificação territorial e a propagação do idioma. Foi durante esse período (século III a.C.) que emergiu a disciplina conhecida como ‘gramática’, com o objetivo explícito de estabelecer um padrão de língua que se sobressaísse à variação e atuasse como ferramenta de controle social como forma de um instrumento linguístico.

A língua é um sistema sempre em evolução, ela se renova e se reorganiza conforme cada pessoa modifica a forma como a utiliza. Por exemplo, uma nação possui várias características de identificação, sendo uma delas a língua. Essa pode variar dependendo de diversos fatores,

como o tempo, o local, o nível cultural e a circunstância em que uma pessoa se expressa verbalmente.

A variação é uma característica presente tanto na expressão oral quanto na escrita (cf. MOURA, 2000), sendo um erro considerar a língua como se ela possuísse um único padrão para todos os falantes.

A diversidade linguística no ambiente escolar do Brasil é evidente, uma vez que a língua portuguesa é uma das mais faladas. O Brasil possui uma ampla diversidade cultural, ainda pouco se fala sobre as variações existentes na língua falada, pois o que se ensina e aprende desde sempre nas escolas em aulas de Língua Portuguesa é que existe uma norma padrão da língua que deve ser obrigatoriamente escrita e falada para se enquadrar em qualquer ambiente ou situação social.

A linguagem é o meio de comunicação mais utilizado em todas as sociedades, áreas e tradições. As pessoas se comunicam por meio da linguagem e expressam suas emoções. É por essa expressão que o indivíduo estabelece sua identidade, assim como a sua posição no território onde reside.

3.2 A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO CONTEXTO ESCOLAR BRASILEIRO

Este trabalho é de grande relevância para os dias atuais, tanto no âmbito social quanto no científico e no acadêmico, pois visa esclarecer a concepção equivocada sobre a variação linguística no contexto escolar brasileiro. Um ponto crucial a ser destacado é a necessidade de intensificar as pesquisas sobre esse tema, além de promover ações mais planejadas e integradas entre os profissionais da educação, com foco em um trabalho multidisciplinar.

Assim, a proposta central deste estudo envolve a análise das variações linguísticas no contexto escolar brasileiro e o reconhecimento do papel do professor, que, ao atuar em sala de aula, tem a responsabilidade de formar o senso crítico do aluno em relação às diferentes formas de linguagem apresentadas no ambiente educacional.

Nesse contexto, surge a questão: quais desafios os professores enfrentam ao ensinar a Gramática Normativa, considerando as variações linguísticas nas escolas brasileiras?

O objetivo principal deste trabalho é abordar as questões relacionadas à tradição pedagógica que priorizam o ensino da norma padrão, sem levar em conta a variação linguística já dominada pelos alunos. Os objetivos específicos visam destacar o papel do professor como agente transformador no processo de ensino-aprendizagem.

O Brasil é formado por diversas raças e povos, logo, torna-se impossível pensar em uma língua única. Com isso, é preciso considerar as diversas formas e variantes, visto que a língua é uma entidade viva e dinâmica. Desse modo, a escola não pode ser entendida como um local onde se acumulam conhecimentos, mas como um ambiente que possibilita a reflexão.

A variação diastrática surge das disparidades socioculturais, uma vez que o acesso constante e prolongado à educação formal e a bens culturais, como museus, cinemas, obras literárias e apresentações de artistas reconhecidos pela crítica influencia as formas de expressão das pessoas de maneiras distintas.

Advogados costumam empregar uma linguagem mais formal em sua atuação profissional, uma vez que, em geral, tiveram acesso a uma série de recursos, inclusive financeiros, que lhes permitem adotar uma forma de comunicação mais refinada. Por outro lado, os trabalhadores domésticos frequentemente optam por estruturas linguísticas mais informais, reflexo, em grande parte, de limitações econômicas que impactam sua educação e cultura.

Cavalcante (2001), ao situar a teoria da variação linguística, declara que, inicialmente, essa teoria se fundamentava em um conjunto de pressupostos teóricos que desafiavam algumas concepções que ligavam homogeneidade e estrutura, amplamente disseminadas na década de 1960. A teoria da variação linguística inaugurou um novo caminho para os estudos linguísticos ao desafiar a noção de homogeneidade, argumentando que a diversidade é um estado normal em todas as línguas humanas. “O professor deve atuar como mediador da aprendizagem, respeitando e interagindo com as diferenças étnicas, culturais, sociais e, até mesmo, econômicas dos alunos” (LIMA, 2018, p. 2).

Trabalhar questões sobre linguagem, dentro da sala de aula, não é tarefa fácil para os professores, diante da heterogeneidade linguística dos alunos. Para muitos educadores, ensinar Língua Portuguesa nas aulas tem se resumido apenas à transmissão dos conteúdos e das regras estabelecidas pela gramática que prestigia a norma padrão sem uma reflexão sobre as variedades padrão e não-padrão, desconsiderando, assim, os conhecimentos que os alunos têm sobre a gramática de sua língua materna.

Dessa forma, é evidente a necessidade de um ensino que, além de abordar as normas e regras, também se concentre em ensinar sobre a variação linguística presente na fala cotidiana. A escola, nesse processo, desempenha um papel essencial para promover a conscientização e o ensino adequado dessas variantes.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) propõem uma abordagem para esse ensino, revelando que a escola se desfaça de certos mitos: o de que existe uma única maneira “correta” de falar, que se assemelha à escrita, e o de que a escrita é um reflexo exato da fala, o

que leva à ideia de “corrigir” a fala do aluno.

Uma das questões que contribuem para essa dificuldade dos professores na abordagem de questões relacionadas ao trabalho com a língua materna corresponde às diferentes visões sobre a linguagem que orientam suas práticas pedagógicas. É possível observar ao longo dos últimos vinte anos que a Linguística, especialmente a Sociolinguística, vem desenvolvendo pesquisas sobre o ensino da língua materna, mas diante das dificuldades apontadas anteriormente, os professores sentem dificuldades para transpor tais conhecimentos para a prática do ensino da Língua Portuguesa.

Saber utilizar a língua de modo adequado nos mais diferentes contextos tem uma importância bastante significativa para o falante de língua portuguesa. Por ser produzida em uma sociedade que apresenta grupos sociais heterogêneos pertencentes a diferentes esferas da sociedade, a estrutura da língua reflete as diferenças econômicas e sociais, emergindo assim variações que tornam a língua funcionalmente multiforme, justificando a importância de refletir sobre o ensino e a aprendizagem da Língua Portuguesa a partir dos aspectos sociais.

Como visto, os fatores que mostram o preconceito linguístico em torno dos alunos da EJA não ocorrem apenas em nível oral. Em suas produções escritas, os estudantes fazem transposições de sua variedade linguística, sobretudo no que concerne aos metaplasmos. Supressões, inserções, transposições de fonemas se manifestam também nos textos escritos por esses alunos. Por sua vez, os professores colaboradores da pesquisa assinalam que tentam amenizar o processo de preconceito fazendo usos de uma avaliação menos tradicional em relação à língua.

3.3 VISÃO MULTIDISCIPLINAR NA EDUCAÇÃO

Diante da realidade vigente, na qual as pessoas não são observadas mediante a sua realidade como um todo, faz-se necessário que o profissional da educação passe a perceber cada aluno diante de sua integralidade, e não de maneira fragmentada e reducionista.

Outro ponto importante a ser mencionado diz respeito ao trabalho unificado entre professor e outros profissionais, para que assim os alunos sejam contemplados diante de suas necessidades. Em consonância com esse assunto, e como forma de complementaridade, na concepção de Zanchetti e Dallacosta (2015, p. 147) “Os membros da equipe devem articular as suas práticas e saberes no enfrentamento de cada situação identificada para propor soluções conjuntamente e intervir de maneira adequada já que todos conhecem a problemática”.

O que se busca é a superação da fragmentação do conhecimento, reconhecendo e respeitando as especificidades de cada área profissional. Facilitando assim os enfrentamentos profissionais e a assistência humanizada e cidadã que contribui para melhorar a compreensão da realidade (ZANCHETTI; DALLACOSTA, 2015, p. 147).

Assim, tendo em vista a situação atual da educação no Brasil, é perceptiva a necessidade de mudanças em seu modo de fazer educação, principalmente quando se refere ao trabalho do professor em sala de aula, pois o que se percebe é uma educação ainda individualista, a qual passa a gerar uma estrutura fragmentada e reducionista no que diz respeito ao aprendizado.

É importante salientar o valor que deverá ser dado a uma prática humanizada e integrada na intervenção dirigida ao aluno, bem como um olhar ampliado em suas múltiplas dimensões, buscando um viés de trabalho unificado, no qual os saberes possam interagir entre si na perspectiva de ações integradoras e contextualizadas.

O professor precisa repensar nas suas estratégias de ensino para não ficar preso ao espaço delimitado na sala de aula, faz-se necessário repensar nas práticas pedagógicas até mesmo numa nova gestão da classe, porque ainda é muito forte a ideia de controle, principalmente quando se fala em delimitação de espaço físico. É de grande importância pensar não só no ambiente, como também no acesso e permanência nesse espaço como um todo, seja na escola como prédio ou até mesmo nas mesas e cadeiras, sempre utilizando os meios ofertados pela instituição (SILVA e ARRUDA, 2014, p. 7).

Nesse sentido, percebe-se o quanto ainda é desafiador para o professor desenvolver sua prática profissional dentro de um contexto para o qual muitas vezes ele não foi preparado para trabalhar, pois o que ainda se percebe são profissionais que pensam ou desempenham suas funções dentro de um espaço “fechado”.

Para uma educação de qualidade é necessária uma formação sólida e contínua para que aconteça uma progressão continuada, e uma reflexão sobre as suas práticas pedagógicas. Com certeza o que deixa o professor mais preocupado seja a sua inexperience, precisa repensar seus planos para que não fique preso na questão do espaço físico ou na sala de aula, procurando criar situações que envolvam essas crianças utilizando materiais e meios de recursos ofertados pela instituição (SILVA e ARRUDA, 2014, p. 28).

Em consonância com esse assunto, nota-se, portanto, o quanto é de fundamental importância desmistificar toda e qualquer ação que não esteja na lógica da integralidade, na qual também é relevante perceber cada aluno em um contexto de ações éticas e contextualizadas. No tocante a esse assunto, dentro do contexto da educação, tais ações não devem ser diferentes, pois é necessário que se tenha a integração de outras áreas do conhecimento frente às demandas e queixas cotidianamente apresentada pelos alunos.

4. QUESTIONÁRIOS SOCIOLINGUÍSTICOS

A análise dos processos da variação linguística exige uma abordagem da Sociolinguística, campo da ciência da linguagem que se dedica a investigar a relação entre língua e sociedade. Essa área concebe a língua como uma aparência social, sendo a variação linguística intrínseca à sua constituição. A partir dessa perspectiva, a língua é entendida como um meio de interação social. O desenvolvimento da Sociolinguística se deve, em grande parte, aos estudos realizados por William Labov, que, com base nas investigações de William Bright (1966) e Fishman (1972), começou a enxergar a heterogeneidade linguística como um aspecto inerente à língua.

Os objetivos educacionais propostos contemplam diversas habilidades relacionadas à leitura, à produção de textos, à aplicação de conhecimentos fonológicos, ao reconhecimento semântico, ao uso adequado da morfologia e ao emprego lógico da sintaxe. Como se pode observar, há uma ênfase específica na linguagem oral, com o intuito de desenvolver a competência comunicativa (BORTONI-RICARDO, 2011), que visa não apenas o reconhecimento do que está aqui, mas também a capacidade de adequar a fala ao contexto ou à situação interacional.

No entanto, ao analisar os Conteúdos Programáticos do curso, observa-se que não há nenhuma menção explícita à produção oral. Nos dez módulos listados, os tópicos que se repetem de forma sistemática incluem: Estudo do texto (leitura e interpretação), Produção de texto, Fonologia, Semântica, Morfologia e Sintaxe. Apesar de um objetivo claro voltado para o desenvolvimento da linguagem oral, esse parece estar restrito aos momentos de leitura e interpretação de textos variados, sem evidenciar que a produção oral seja monitorada de forma destacada, como preconizada nos documentos hierarquicamente superiores, como a Proposta Curricular para EJA. A ênfase parece recair, portanto, sobre a recepção e a produção escrita da variedade linguística padrão.

Um ponto positivo diz respeito ao tratamento da diversidade linguística, em consonância com as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e da Proposta Curricular para EJA. No módulo IV do conteúdo programático, a Semântica é abordada com ênfase na diversidade linguística, mencionando as diferentes modalidades da língua — padrão, regional, popular e culta — bem como a diversidade de gêneros textuais.

Contudo, uma limitação significativa fica evidente: os gêneros textuais são abordados unicamente em sua forma escrita, com os alunos sendo incentivados a reconhecê-los e produzi-

los nesse formato. Mesmo que, conforme as respostas de uma professora pesquisada em um questionário sociolinguístico, haja o uso de dispositivos de áudio (como TV e DVD, com filmes e músicas), permitindo a recepção de diferentes gêneros textuais, não se observa uma produção oral sistemática. Isso significa que, apesar de haver uma exposição auditiva aos gêneros, falta a prática planejada da produção oral, a qual, associada à prática escrita, seria um passo fundamental para atingir os objetivos curriculares de capacitar os alunos a escutar, a falar, a ler e a escrever de maneira eficaz.

Quanto à finalidade com os estudos na EJA, o empate entre melhorar na profissão e adquirir mais conhecimento corrobora a ideia de qualificação do sujeito como pessoa e não apenas para o mercado de trabalho, vindo ao encontro do que preconizam os documentos oficiais que regem a EJA. Em sua maioria, os alunos pesquisados aprovam o ensino de LP que recebem.

Em nossas observações no contexto pesquisado, notamos que os alunos têm um excelente relacionamento com a professora de LP, demonstrando respeito e admiração pelo seu trabalho e conhecimento, o que diminui o filtro afetivo durante as aulas. A entrevista confirmará esse resultado, mas ainda assim ele suscita duas hipóteses: os alunos consideram o ensino de LP muito bom porque ele tem atendido às suas necessidades ou os alunos só conhecem esse tipo de ensino e, portanto, é o melhor que eles têm. Vamos averiguar.

O alto grau de satisfação do aluno da EJA quanto a essa modalidade educacional reflete também sua apreciação pelo seu atendimento e pelo acesso ao saber. A escola é o lugar de sua ocupação voluntária, no qual ele não é mais dirigido pela obrigatoriedade da escolarização nacional, e também pode se tornar sujeito de sua própria aprendizagem.

A professora organiza suas aulas de forma cuidadosa, utilizando diversos recursos para enriquecer o ensino. Ela prepara suas aulas em casa, recorre à compra de CDs e faz uso da internet para pesquisas, buscando ampliar as possibilidades de aprendizado. No entanto, quanto ao material didático, a professora traz uma preocupação significativa: o livro didático do ano atual é descrito como "disciplinar" e carece de conteúdo relevante para o ensino específico de língua. Por isso, ela recorre ao livro didático do ano anterior, que considera mais completo para o que precisa ser ensinado. Porém, essa situação se complica mais pela falta de acesso dos alunos ao material, fato que os obriga a copiar o conteúdo da lousa, o que, segundo a professora, torna o processo de ensino mais lento e desafiador.

Com os exercícios... né... eles respondendo os exercícios... as perguntas... eh é bem difícil pra eles colocarem na escrita... mas eles sabem muito né... na hora de responder oralmente... aí a tentativa é fazer eles passarem pra parte escrita o que eles sabem expressar na oral né... e corrigimos aí depois eu peço

pra eles refazerem né o exercício... assim que funciona... (PROFESSOR)

O fato de os alunos ganharem mais confiança no falar é realmente positivo e cremos que há um incremento em suas habilidades orais com os procedimentos elencados. Entretanto, o que percebemos no percurso figurativo dos verbos e substantivos utilizados (em negrito) é que o monitoramento estilístico da oralidade dos alunos restringe-se a momentos de perguntas e respostas com mediação do professor. Nesse modelo interacional, os eventos descritos acima estariam mais no polo do letramento do que no polo da oralidade, pois houve mediação com a língua escrita todo o tempo (BORTONI-RICARDO, 2009). Esse fato também confirma nosso achado no tocante ao conteúdo programático não prever atividades com ênfase na oralidade monitorada (cf 4.1).

Como já especificado anteriormente, nossa análise se baseará na descrição das opiniões e concepções dos entrevistados a respeito do ensino de LP e sua correlação com a oralidade e com a variedade padrão. À luz da teoria discursiva em Fiorin (2004) e dos teóricos da Sociolinguística e, em especial, da Sociolinguística Educacional, vamos analisar interpretativamente os elementos categóricos encontrados e subdivididos em tópicos menores. As citações dos alunos foram extraídas das escritas em roda de conversa, (o aluno colaborador da EJA). As perguntas foram consideradas para contextualizar, ou seja, para situar o entrevistado e minimizar a tensão que tal interação pode causar.

(Aluno 1): é porque geralmente eu sei ler... mas na hora de escrever eu... eu perco as letras... eu ponho as letras no lugar errado aí eu... sempre tou procurando pra tentar localizar... sempre que eu vejo um nome diferente eu tento achar aquela palavra... ah quando eu vou escrever isso essa letra entra aqui tal tal...

(Entrevistador): aí o dicionário te ajuda... né... (Aluno 1): isso...

(Aluno 2): porque... assim eu/eu acho que é mais legal né a professora escrevendo e a gente escreve no caderno:: assim... eu acho interessante/acho interessante...

(Aluno 3): redação acho que é... é fundamental né fa/pra qualquer... coisa assim redação e... ler muito pra... pra aprender né até... se comunicar mesmo com as pessoas... né...

(Aluno 4)... eu gosto de fazer redação... é porque... eu sinto que eu vou precisar de... nos meus estudos pra/pra/ pra frente assim né... porque vão pedir muito assim na questão de emprego pra gente fazer redação essas coisas... eu adoro fazer redação...

(Aluno 5): gosto muito de ler porque eu quero aprender principalmente... quan/quando eu não sabia bem dizer eu misturava a/a letra maiúscula e minúscula... eu assinava tudo assim o meu/meu nome como escrevia né... e agora não... agora eu já sei/já sei decifrar o que é maiúscula o que é minúscula e separar né... é só isso que... o mais que eu tou aprendendo mais

é isso...

(Aluno 6): [é leitura... é... porque eu gosto de leitura e fazer texto eu... eu gosto... quando eu tou em casa eu fico lendo... fico lendo jornal... fico:: todo tempo lendo lá em casa...

(Aluno 7): porque ao ler o livro a gente lê e sabe o que tá explicando aquele livro né... aquelas letra tá::... falando o que tá dizendo e a gente sabe né... mas se a gente não ler a gente não sabe... então por isso que eu gosto de ler mais... e... negócio de escrever eu tenho dificuldade... né...

Ao implementar os métodos desta pesquisa, criou-se uma base de dados. Recolhidos de uma classe específica de estudantes regularmente inscritos na EJA em uma instituição de ensino pública na cidade de Gilbués, Piauí. Começamos com a aplicação de um questionário direcionado aos estudantes, com o objetivo de verificar a presença de dúvidas, preconceito linguístico ou não entre os estudantes em ambiente escolar.

Pergunta 1

A presença de preconceito linguístico no ambiente escolar.

Pergunta	Sim	Não	Principais motivos	Por alunos ou professores
Você já sofreu algum tipo de preconceito devido sua forma de fala	02 alunos	05 alunos	Na forma diferenciada de se falar determinadas palavras.	2 alunos por alunos 1 aluno por alunos e professores.

Na tabela 1, observou-se que estudantes relataram que enfrentavam algum tipo de preconceito relacionado à linguagem, especialmente devido à maneira distinta de articular certas palavras, já que há um elevado nível de diversidade e de variação que resulta em diferenças regionais bem reconhecidas, as quais, por outro lado, podem ocasionar algum tipo de discriminação em virtude da fala diferenciada.

Entende-se que o papel da escola deve estar voltado para desenvolver nos alunos o respeito pela diferença, pois é importante que o aluno aprenda e entenda que todas as variedades linguísticas são legítimas da história humana e da sua cultura (PCNs, 1998). Dessa forma, compreende-se que a linguagem é um resultado do processo social do falante e que ele carrega

consigo tais aspectos e a escola deve adequar sua fala aos diferentes contextos transitórios de fala a qual o falante está sujeito.

Pergunta 2

Correção na maneira de pronunciar.

SIM	NÃO
05 alunos	02 alunos

Do total desses indivíduos analisados, 5 alunos afirmaram que tiveram sua maneira de falar corrigida no âmbito escolar e por seus familiares. Sabemos que qualquer língua é recurso natural essencial para seus usuários, se alguém é falante de uma língua, esse possui domínio sobre as formas de falar, pois em comunidade de fala são frequentes as formas linguísticas de variações, já que falar é uma língua uniforme, sendo assim, é um mito que tem trazido consequências desastrosas (cf. BAGNO, 2007).

Essa visão errônea leva a crer que somente a variedade padrão é aceitável, quando, na verdade, os diferentes registros devem estar condicionados a situações específicas de uso. Entende-se como julgamento depreciativo e constrangedor contra a maneira de falar do outro, esse tipo de constrangimento atinge principalmente pessoas de baixa renda e de áreas rurais por sua maneira diferente de falar, isso acontece devido à falta de respeito pela maneira de falar do outro, geralmente, ocorre por desconhecimento por parte da população, já que só há uma forma correta de pronúncia em todo o Brasil, sendo a língua ensinada nas escolas e a explicada nas gramáticas (cf. BAGNO, 2007).

4.1 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

É de suma importância que o ensino de Língua Portuguesa na escola proporcione aos alunos as devidas condições de reflexão sobre as inúmeras possibilidades de usos da língua, para que assim, esses alunos aprendam a discutir sobre os diversos eventos da língua e da linguagem. Também é importante que esse espaço reconheça e valorize as diferentes culturas trazidas para a sala de aula pelos alunos.

Refletir sobre os diferentes usos sociais da língua é primordial para as escolas compreenderem que o português ensinado nesse espaço pode ser comparado ao ensino de língua estrangeira para o aluno que chega à escola oriundo de seu meio social, cuja norma linguística utilizada no seu dia a dia é uma variante não-padrão.

Diante das observações e anotações realizadas na sala de aula, analisaremos os registros das falas dos alunos, destacando a ocorrência variável de alguns fenômenos, bem como de alguns aspectos relevantes.

Inicialmente, verificamos a ocorrência do fenômeno da monotongação, o qual constitui, basicamente, a perda da semivogal dos ditongos, isto é, a redução de um ditongo a uma vogal simples: o monotongo.

Ex: feira - fêra;

Trouxe – truxe

Para Lima (2009), “[...] tal variação é observada tanto na língua escrita quanto na oral, sendo mais ocorrente nessa segunda [...]”, como, de fato, pode-se comprovar na fala dos alunos participantes da pesquisa. Logo, o preconceito linguístico está intrinsecamente ligado às variações linguísticas que existem em todas as sociedades. Essas variações são influenciadas por fatores extralinguísticos, como história, região, classe social e situação de uso da língua.

Como aponta Coelho (2010, p. 13), a língua é "um produto de uma série de evoluções que ocorrem ao longo do tempo, portanto como algo mutável, dinâmico", refletindo, assim, as transformações históricas e sociais pelas quais a sociedade passa. Essa natureza dinâmica da língua evidencia como ela se adapta e evolui, acompanhando as mudanças nas estruturas sociais, culturais e históricas ao longo do tempo.

Um exemplo claro disso é a mudança no uso do pronome de tratamento, que passou de "vossa mercê" para "vosmecê" e, por fim, se consolidou como "você". A variação diatópica ou regional é outro aspecto importante, pois permite identificar a origem de uma pessoa com base em sua fala, como exemplificado por palavras como mandioca, aipim e macaxeira, que, embora designem o mesmo objeto, são usadas de maneira diferente conforme a região.

Além disso, a variação social ou diastrática, segundo Coelho (2010), reflete as diferenças de classe social, nível socioeconômico, gênero e grupos sociais, como surfistas, nerds ou skatistas, que desenvolvem formas próprias de comunicação. A variação situacional ou de estilo, por sua vez, distingue o uso da norma coloquial e da norma culta, sendo a segunda associada ao maior prestígio social.

Coelho (2010, p. 85) explica que,

a escrita, por geralmente estar associada a ambientes de maior monitoramento linguístico, costuma impor a seus produtores regras mais rígidas de conformidade às formas do padrão”, enquanto a fala tende a se aproximar mais das formas informais. Essas variações linguísticas nem sempre são reconhecidas e, muitas vezes, são estigmatizadas na sociedade.

Lima (2019, p. 30) reforça que "as relações sociais fazem com que as variantes

linguísticas sejam denominadas como variantes de estigma ou variantes de prestígio", atribuindo valores sociais às diferentes formas de falar. O preconceito linguístico ocorre quando há um julgamento desrespeitoso e humilhante da fala de outro, algo que pode ser observado quando falantes de variantes de baixo prestígio são marginalizados. Contudo, é essencial compreender que, independentemente dos erros gramaticais, o papel da língua, quando há comunicação efetiva, é cumprido, como enfatizado no texto.

Outro fenômeno observado na pesquisa, foi a assimilação, representado, basicamente, pelo apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo -ndo, em palavras no gerúndio.

Ex: vendo - veno;

Estudando - estudano;

Escrevendo - escreveno.

Então, a partir do momento em que o falante se encontra em um contexto de fala não monitorado e, portanto, não padrão, a tendência é que ele elimine elementos que representem para ele qualquer “dificuldade” de manipular a língua.

Notamos, também, o fenômeno da ditongação, o qual é a transformação de uma vogal em ditongo e que, de acordo com Aragão (2000, p. 112), tem sua ampla realização na fala.

Ex: fez - feyz

Em relação a este fenômeno, Câmara Jr. (*apud* ARAGÃO, 2000) afirma que, no português moderno, a ditongação ocorre dialetalmente, pela vogal tônica final travada por /s/, desenvolvendo um ditongo por meio do acréscimo da semivogal /y/, como no caso da palavra fez, pronunciada /feys/.

Deve-se destacar que tal fenômeno ocorre há muito tempo, sendo utilizado em rimas do tipo: azuis / luz, jamais / voraz; além de, já naquela época, ter sua pronúncia considerada estigmatizada, devendo ser evitada na fala culta (LEITE, CALLOU e MORAES, 2002).

A escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas. Os professores e por meio deles, os alunos têm que estar bem conscientes de que existem duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa. E mais, que essas formas alternativas servem a propósitos comunicativos distintos e são recebidas de maneira diferenciada pela sociedade [...] os alunos que chegam à escola falando “nós cheguemu”, “abrido” e “ele drome”, por exemplo, têm que ser respeitados e ver valorizadas as suas peculiaridades linguístico-culturais, mas têm o direito inalienável de aprender as variantes do prestígio dessas expressões. Não se lhes pode negar esse conhecimento, sob pena de se fecharem para eles as portas, já estreitas, da ascensão social [...] (BORTONI-RICARDO, 2005, p.15).

Diante desse contexto, acreditamos que a produção da ditongação observada na fala dos alunos deva-se ao fato de ser um fenômeno antigo e que perpassa gerações, permanecendo vivo

até os dias atuais. A esse respeito, o autor Bagno (2005, p. 162) advoga que o brasileiro, de forma geral: “[...] dá franca preferência às regras não-padrão, porque elas representam ou o que há de mais antigo ou o que há de mais inovador na língua: as regras mais antigas já provaram sua funcionalidade, por isso se mantêm vivas; as regras mais inovadoras respondem mais eficazmente a necessidades expressivas e comunicativas atuais.”

Constatou-se, também, a falta de concordância nominal, sobretudo, a de número, a qual, nesse caso, os alunos flexionaram apenas o primeiro elemento.

Ex: as mulheres - as mulher.

Para Bagno (2006), há uma tendência por parte dos falantes em eliminar a anormalidade e em um contexto informal (onde o falante não se preocupa em como falar), bem como as marcas redundantes de plural, como em:

Ex.: as meninas - as menina.

Dessa forma, percebe-se que o plural é marcado apenas na primeira posição do sintagma nominal, sendo omitido na segunda posição que é considerada redundante e, portanto, desnecessária. Assim, acreditamos que a explicação para tal ocorrência, esteja no fato de, na oralidade, os falantes tenderem a utilizar uma construção sintática diferente da estabelecida pela gramática, rejeitando elementos dispensáveis.

A reflexão contínua e aprofundada, no campo acadêmico, sobre os impactos da Linguística da Enunciação nas práticas pedagógicas de ensino da Língua Portuguesa, voltadas ao desenvolvimento das competências dos alunos, tem ganhado uma importância crescente. Isso ocorre porque a busca por soluções que ajudem a superar o grave problema da evasão escolar aponta para estratégias que colocam a língua em uso no centro do debate, ou seja, em sua dimensão dialógica.

Como destaca Bakhtin (2006), é fundamental compreender a natureza social da enunciação. Assim, é imprescindível que as propostas pedagógicas se orientem por essa perspectiva, mesmo que esse caminho ainda seja pouco explorado, exigindo esforço criativo e, por vezes, até audácia. Essa abordagem teórica sobre a natureza da linguagem se alinha perfeitamente com outra área de estudo, a Sociolinguística, termo cunhado na década de 1960 por linguistas norte-americanos que se dedicaram a investigar as relações entre língua e sociedade. Nesse contexto, a Sociolinguística se configura como uma ciência que integra os estudos da linguagem, considerando a inserção do falante nos chamados atos de fala.

Como nos alerta Bakhtin, se o ser humano se constitui pela linguagem, é preciso estudá-la em conformidade com sua natureza, isto é, entendendo-a como um fenômeno consubstanciado nas ações realizadas por meio dela. Esse entendimento só pode ser alcançado

quando se analisam os gêneros textuais, produtos da linguagem por meio dos quais o indivíduo se insere e age dentro de seu grupo social. Desconsiderar a realização da linguagem no contexto cultural de quem a utiliza representa um erro teórico grave. No âmbito da educação, quando a tarefa escolar visa desenvolver competências de uso da linguagem, tal equívoco gera consequências desastrosas, como temos observado ao longo de muitos anos.

No ambiente escolar, frequentemente, a diversidade linguística é negligenciada, uma vez que falta uma preparação teórico-metodológica adequada para que o professor possa lidar com um fenômeno comum, porém frequentemente incompreendido pela sociedade. Diante desse cenário, é urgente uma reestruturação na prática dos profissionais que trabalham com o ensino da Língua Portuguesa no Brasil, considerando que os estudos sobre a diversidade linguística brasileira já avançaram significativamente.

Este texto tem como objetivo apresentar uma pesquisa que visa fornecer aos professores de Língua Portuguesa ferramentas úteis para o desenvolvimento de propostas pedagógicas que abordem a língua em suas diversas formas. O intuito é promover uma compreensão mais ampla da Língua Portuguesa, levando em conta as múltiplas normas que coexistem no país, ou seja, tratando da linguagem sob uma perspectiva sociolinguística.

Espera-se que este estudo ofereça aos docentes instrumentos valiosos para trabalhar com a língua de maneira consciente e inovadora, rompendo com o preconceito linguístico e compreendendo a linguagem como uma forma de interação social, que abarca não apenas a norma padrão, mas também as variações linguísticas presentes no Brasil.

Por fim, percebemos a ocorrência de metaplasmos como a prótese, identificada pela inserção de um fonema no início da palavra, considerada bem recorrente.

Ex: pois – apois.

De acordo com Amaral (1920), a ocorrência da prótese é mais recorrente no falar rural. Para dar conta de explicar tal ocorrência em nossos dados, ecoamos Bagno (2007), o qual corrobora a presente ideia, ao afirmar que a presença de metaplasmos como esse já se apresenta como um fenômeno constante na língua. O referido autor ainda acrescenta que muitos desses vocábulos são, também, formas arcaicas e clássicas conservadas em dialetos regionais. Por isso, os falantes as usam em sua fala não monitorada como uma forma inconsciente de manter viva uma estrutura antiga da língua usada, provavelmente, em suas comunidades de fala. Além desses acima citados, também foram detectados na fala dos alunos o caso da desnasalização:

Ex.: Barregem – Barragem.

Ex.: Homem – hom.

A esse respeito, Bagno (2008, p. 116) afirma que “ao que parece, existe a tendência na

língua portuguesa de eliminar a nasalidade das vogais postônicas [...] Quer dizer, eliminar o som nasal das vogais que estão depois da sílaba tônica [...]”.

Encontramos, ainda, expressões, tais como: “mais pequena”, “mais grande”, “precurei”, “fêssora”.

Elas se apresentam como sendo parte integrante do vocabulário dos alunos e que foram apreendidas, provavelmente, no seio familiar e na comunidade em que vivem e, portanto, configuram uma linguagem não padrão. Acreditamos, assim, que tais construções observadas no repertório dos falantes, em um contexto não monitorado, foram/são adquiridas a partir do contato com a sua comunidade, isto é, seu grupo social, e reproduzidas de forma natural em seus atos de fala. Nesse sentido, Labov (1972) afirma que a implementação de estilos monitorados no repertório de uma pessoa vai depender dos recursos que lhe viabilizam as diversas tarefas comunicativas relacionadas com os papéis sociais que ela assume em seu grupo social.

Com relação ao questionário respondido pelo professor da sala em questão, é possível verificar que ela possui conhecimentos sociolinguísticos e não entende a variação linguística como um “erro”. Quando perguntado sobre a importância de trabalhar-se a variação linguística na sala de aula, ele respondeu ser de grande valia, pois os educandos devem saber que nenhuma língua é inferior, ela é toda adequada, constituindo-se um meio para representar o mundo físico e simbólico, no qual cada cidadão vive.

É fundamental que o professor promova a integração dos alunos de maneira que eles possam compreender as diversas diferenças presentes na Língua Portuguesa. Conhecer e expressar essa diversidade é essencial para entender a língua como um processo vivo, em constante transformação. Considerar, comparar e valorizar as variações orais é uma maneira eficaz de combater o preconceito linguístico, uma prática que deprecia as formas de fala diferentes e ainda hoje exclui milhões de pessoas do acesso ao conhecimento e à cultura escrita. Bakhtin (2006, p. 113) alerta para a importância de se compreender a natureza social da linguagem, o que inclui a aceitação e o respeito pelas variações linguísticas.

É evidente a relevância de abordar o preconceito linguístico nas escolas, pois isso contribui para o aprendizado e a valorização das diversidades linguísticas. Como salienta Lima (2019, p. 30), “as relações sociais fazem com que as variantes linguísticas sejam denominadas como variantes de estigma ou variantes de prestígio”, ou seja, as variantes de linguagem estão diretamente ligadas ao status social do falante.

Portanto, é necessário que todos os membros da comunidade escolar, alunos e professores, compreendam o que é preconceito linguístico para respeitar as diferenças e

promover a convivência harmoniosa.

O combate a esse preconceito só será efetivo quando se conhecer a língua e suas variantes linguísticas, respeitando as diferentes formas de expressão.

A pesquisa realizada revela que alunos de famílias menos favorecidas geralmente apresentam formas de fala estigmatizadas, enquanto a variante prestigiada socialmente é a utilizada pelas pessoas que detêm poder econômico e social, pertencentes à elite. Nesse contexto, a escola desempenha um papel crucial ao ajudar os alunos a se adequar ao uso da língua oral e escrita, respeitando a pluralidade da língua.

Dessa forma, os estudantes podem evitar o preconceito linguístico e, ao mesmo tempo, aprender sobre as várias variantes linguísticas, incluindo a forma mais prestigiada, associada aos círculos governamentais e acadêmicos, como os usados pelos literatos, filólogos e linguistas.

A Língua Portuguesa no Brasil, por sua natureza fluida e variável, reflete a diversidade dos grupos sociais que a utilizam. O ensino de Língua Portuguesa passou por várias modificações a partir das décadas de 1980 e 1990, e atualmente, há um esforço significativo para aprimorar as finalidades do ensino, com base nas diretrizes curriculares nacionais, estaduais e locais. Essas orientações buscam transformar a abordagem teórico-prática do ensino, visando à melhoria da qualidade do ensino oferecido à sociedade.

Nesse contexto, é fundamental revisar a formação continuada dos professores de língua portuguesa, especialmente no que diz respeito às variações linguísticas, e integrá-las aos estudos de Sociolinguística brasileira. Sem essa abordagem, qualquer proposta de estudo das variações linguísticas se torna incompleta e pouco eficaz.

Neste contexto, Bagno (2002) defende a importância de uma escola/educador que tenha uma visão sociolinguística, no sentido de discutir com seus educandos os valores sociais atribuídos a cada variante linguística, enfatizando a carga de discriminação que pesa sobre determinados usos da língua, de modo a conscientizá-los de que sua produção linguística, oral ou escrita, estará sempre sujeita a uma avaliação social, positiva ou negativa.

De uma forma geral, podemos analisar que tais “erros” aconteceram em momentos não monitorados da fala. Entretanto, eles merecem atenção, tendo em vista o objetivo da escola que é levar conhecimentos aos seus alunos e, portanto, o conhecimento da língua em geral, sem ferir o dialeto apresentado pelos alunos, mas o levando em consideração.

Dessa forma, Bortoni-Ricardo (2005, p. 15) afirma que: “A escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas. Os professores e, por meio deles, os alunos têm que estar bem conscientes de que existem duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa.”

Assim fica a cargo não só do professor de Língua Portuguesa, mas de todos os profissionais que trabalham diretamente com o aluno o papel de desmistificar o preconceito linguístico no ambiente escolar.

O trabalho reflexivo com a Sociolinguística na sala de aula pode contribuir para reduzir esse olhar discriminatório sobre a língua, que inclusive já é considerado por muitos um pensamento ultrapassado. Trata-se, porém, de um fato real, concreto e vivido na pele por cidadãos que pertencem a camadas menos privilegiadas socioeconomicamente e cuja linguagem é, muitas vezes, considerada inferior, pobre, de baixo nível, assim como também o é a cultura de quem a emprega. (BAGNO 2013, p. 77).

No entanto, aos poucos os professores estão conscientizando-se de que a fala está em constante movimento, e que o aluno deve escolher a forma que mais lhe agrada, isso contribui para que este se torne um cidadão seguro nas suas ações, tendo habilidades para comunicar-se em vários contextos na sociedade, que por falta de conhecimento dessas variedades ainda acredita que existe um padrão a ser seguido. Os Parâmetros Curriculares reforçam que o aluno deve dinamizar e selecionar sua própria forma de falar:

No ensino-aprendizagem de diferentes padrões de fala e escrita, o que se almeja não é levar os alunos a falarem certo, mas permitir-lhes a escolha da forma de fala a utilizar, considerando as características e condições do contexto de produção, ou seja, é saber adequar os recursos expressivos, a variedade de língua e o estilo às diferentes situações comunicativas: saber coordenar satisfatoriamente o que fala ou escreve e como fazê-lo saber que modo de expressão é pertinente em função de sua intenção enunciativa... a questão não é de erro, mas de adequação às circunstâncias de uso, de utilização adequada da linguagem. (BRASIL, 1998, p. 31).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação dos estudiosos com os aspectos linguísticos, especialmente dos sociolinguistas da corrente etnográfica, tem levado à produção de importantes pesquisas e propostas acerca do processo educacional, principalmente na área de ensino de língua materna, as quais têm contribuído significativamente nos últimos anos, para o desenvolvimento dessa área.

Nesse sentido, merecem destaque autores como: Labov (1972b), Gumperz (1972), Hymes (1972a, 1974), Erickson (1987), Bortoni-Ricardo (2005, 2008) os quais concordam que linguagem, cultura e sociedade, apesar de serem distintas, não podem ser abordadas separadamente, pois há uma imbricação e interdependência entre elas. O que representa uma continuidade da tradição dos estudos sobre língua e cultura já assinalados por Sapir (1980), no começo do século passado.

Apenas para exemplificar tais questões, podemos citar: a variação linguística em sala de aula, oralidade e letramento, temas constantemente abordados nos trabalhos de Lopes (2000), Bagno (2002, 2007), Bortoni-Ricardo (2005, 2008), Costa (2008, 2010); a metodologia e o objeto de ensino de língua portuguesa, temas estudados por Suassuna (1995), Antunes (2003, 2007); a competência comunicativa dos professores e dos alunos temas abordados por Kleiman (2002) e Bortoni-Ricardo (2004, 2005), etc.

A variação linguística é um fenômeno observado inicialmente pela Sociolinguística. Ela acontece de maneira natural durante a utilização da língua para a comunicação no dia-a-dia e é caracterizada pela diversificação da linguagem seja no vocabulário, na pronúncia, na morfologia ou sintaxe. Essas mudanças podem ocorrer por consequências de diversos fatores, tais como, região geográfica, sexo, idade, classe social de quem está falando e até mesmo o grau de formalidade do contexto da comunicação, pois nossa língua é dinâmica e flexível e se adapta e se modifica conforme a situação.

O problema surge a partir do momento em que não há conhecimento sobre a existência de variações, ocasionando assim o preconceito linguístico. Acredita-se, portanto, na necessidade de divulgar informações sobre as variações linguísticas para enfrentamento do preconceito linguístico, especialmente no ambiente escolar.

O estudo sobre variação linguística nos bancos acadêmicos já é bastante profícuo, no entanto ainda urge sua presença nos bancos escolares, uma vez que a academia não pode se dissociar da prática educacional, principalmente nos cursos de licenciatura, como é o caso do curso de Letras. O presente trabalho busca, pois, indicar a importância da pesquisa sobre a

variação linguística, implementada no ambiente escolar e, para isto, foram analisados documentos oficiais de ensino e manuais didáticos utilizados nas escolas paranaenses. Em relação aos Parâmetros Curriculares, tanto do ensino fundamental como do ensino médio, pode-se afirmar que já há uma conscientização da necessidade da abordagem da variação linguística na escola, fator de suma importância, uma vez que tais documentos podem alterar o atual sistema de ensino. Cabe ressaltar que o que se evidencia nos PCNs, necessariamente, não se vê na prática, entretanto já há um avanço considerável em relação a épocas anteriores em que se abominava o fenômeno da variação.

Concordamos com Antunes (2009) ao mencionar que a heterogeneidade da língua faz dela um ponto de encontro entre nós e nossos antepassados. Ela possui relação direta com a nossa história, pois está dentro de nossa memória coletiva. A autora expõe que nossa língua demonstra de onde viemos, quem somos; ela nos apresenta aos outros, pela forma como falamos, pelos sons, pela entonação, pelo jeito. Assim, as variações linguísticas existem porque as línguas são fatos sociais que ocorrem num tempo e num espaço concretos, e possuem funções definidas.

Para Antunes (2007, p. 104) “a língua só existe em sociedade, e toda sociedade é inevitavelmente heterogênea, múltipla, variável e, por conseguinte, com usos diversificados da própria língua.” Nesse contexto, as diferenças não podem ser vistas como erro, cultura tão forte no espaço da escola e nas páginas e imagens da mídia que perpetuam o preconceito linguístico. Nesse sentido, Bagno (2002) nos lembra que:

[...] é interessante estimular nas aulas de língua materna um conhecimento cada vez maior e melhor das variedades sociolingüísticas para que o espaço de sala de aula deixe de ser o local para estudo exclusivo das variedades de maior prestígio social e se transforme num laboratório vivo de pesquisa do idioma em sua multiplicidade de formas e usos (p. 134).

Muitos estudos acerca do ensino de Língua Portuguesa, especialmente nas escolas públicas, têm revelado a necessidade de reorientação da prática pedagógica em virtude dos resultados do insucesso escolar manifestada pelas dificuldades de leitura que provocam certas barreiras na aprendizagem de outras disciplinas, pelas dificuldades de interpretação, da produção escrita dos alunos e das manifestações orais que exigem a utilização de um estilo mais monitorado de linguagem. Acrescente-se a isso as altas taxas de repetência e evasão assinalando que os que entram na escola ou não aprendem ou não conseguem permanecer (cf. SOARES, 2006).

Tudo isso tem ainda uma consequência mais grave: a de provocar nos alunos a crença de que são linguisticamente incapazes e, portanto, não podem participar ativamente das decisões

da sociedade (cf. BRASIL, 1997). Diante desse quadro desanimador, muitos estudiosos, dentre eles: Suassuna (1995), Batista (1997), Antunes (2003), Bortoni-Ricardo (2005), Mollica (2007), têm-se voltado para reflexões que buscam motivar uma transformação dessa prática a partir da compreensão de que o mais importante não é saber analisar uma língua dominando conceitos e classificações, e sim dominar suas habilidades de uso em situações concretas de interação, compreender e produzir enunciados orais e escritos (cf. ANTUNES, 2003).

Fica evidente que a variação linguística e o preconceito são um fato real na comunidade e no âmbito escolar, os quais são caracterizados pela diversificação dos falares e recorrentemente devido à carência de conhecimentos entre alunos, falta de maturidade e informação de alguns profissionais do ensino, o que instrui a prática do preconceito e da intolerância linguística.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, não houve nenhuma dificuldade por parte do professor da sala, já que ele foi bem atencioso e curioso em relação ao tema deste trabalho. No entanto, com os alunos foi um pouco complicado, pelo motivo de serem tímidos, com o decorrer da pesquisa houve necessidade de ajudá-los em algumas dificuldades dentro de sala de aula, com isso, aos poucos foram se entrosando.

Para entender a relação entre língua e sociedade, como base da formação do ser humano, podemos dizer que a Linguística e a Sociolinguística funcionam interligadas, pois envolvem diversos fatores extralinguísticos que influenciam na maneira de falar, segundo as distinções históricas, geográficas, econômicas, políticas, sociais, exigindo assim, o envolvimento do falante, do ouvinte e da situação em que ocorre a comunicação.

Confirmando estas afirmações, Preti (1930, 11 p. 2) defende que “a língua funciona como um elemento de interação entre o indivíduo e a sociedade em que ele atua”. Ainda para o autor, nesse processo de interação da língua entre indivíduo e sociedade existe a variação da língua no contexto da fonética, da morfologia, da sintaxe e do léxico, se efetivando, assim, nos mais diferentes níveis da variação linguística. Esta, por sua vez, está associada à Sociolinguística que tem a responsabilidade em conhecer a heterogeneidade da língua.

Nesse contexto, compreendemos como a língua é um processo que se constrói socialmente e que tem características heterogêneas, apresentando a variação. A sociedade que fala a língua, conseqüentemente, apresenta as características dessa variação. Em concordância com o descrito acima, entendemos que as pessoas de modo geral falam mais de um dialeto, que são usados segundo as circunstâncias.

Nesse sentido, a variação linguística está presente nas diferentes situações e lugares em que essas pessoas estão inseridas. Destacamos que a variação linguística está presente no cotidiano das pessoas, como descreve Bagno: “Com tudo isso, a gente está querendo dizer que,

na contramão das crenças mais difundidas, a variação e a mudança linguísticas é que é o estado natural das línguas, o seu jeito próprio de ser” (BAGNO, 2007, p. 37). Isso nos faz compreender que as pessoas que fazem uso da variação linguística no dia a dia tornam efetivas, de forma espontânea, quando interagem com as demais pessoas, de maneira individual, conforme o momento da interação em que se encontram.

Variação diafásica é denominada também por variação estilística. A variação diafásica (do grego *diá*= através de; *phásis* = expressão, modo de falar) é registrada nos usos diferenciados que o indivíduo faz da língua conforme a situação/contexto em que ele se encontra. Assim, esse tipo de experiência da variação diafásica é aquela em que as pessoas falam em casa, na mesa de um bar, num encontro com os amigos, com o chefe, dentre outros. Quando escrevemos, registramos esse tipo de variação na escrita de um bilhete deixado na porta da geladeira, em um e-mail que se envia a um colega, de uma resenha a ser encaminhado ao professor, etc.

Nesse contexto, Bagno (2007, p. 45) destaca que “cada situação exige do indivíduo que fala ou escreve um controle maior ou menor, tanto do comportamento em geral quanto do comportamento verbal da pessoa”, ou seja, o monitoramento estilístico vai do grau menor para o grau maior. Dessa forma, cada pessoa, independente de seu grau de instrução, classe social, idade, etc., varia o seu modo próprio de falar, podendo ser mais ou menos consciente, dependendo da situação em que está. Os termos usados para designar esse tipo de variação são “estilo” ou “registro”.

Na concepção de Mota (2002), esse tipo de variação representa as variações que se estabelecem em função do contexto comunicativo, ou seja, a ocasião é que diz a forma como uma pessoa se dirige ao interlocutor, se essa pessoa deve se comunicar de maneira formal ou informal (cf. MOTA, 2002).

Uma das muitas dificuldades que se enfrentam hoje no ensino de língua materna na escola está relacionada à equivocada imposição de um padrão linguístico idealizado no qual os alunos devem alcançar na modalidade oral e escrita até o final de seu período de escolarização. Para tanto, professores empenham-se na árdua tarefa de ensinar a norma padrão a partir da memorização, da classificação, da categorização de elementos da gramática tradicional e de textos pouco significativos para os educandos.

No entanto, a experiência parece mostrar que, para que se tenha um estudo proveitoso de gramática, é necessária habilidade de leitura fluente e um certo conhecimento da língua culta. Como bem destaca Perini (2010, p. 18) “[...] estudar gramática não leva, nunca levou, ninguém a desenvolver suas habilidades de leitura e escrita ou fala, nem sequer seu conhecimento prático

do português padrão escrito.” Além disso, não se propõe na escola, na maioria das vezes, uma discussão acerca das diferentes variedades linguísticas a fim de que os alunos percebam a legitimidade da língua que utilizam em suas práticas sociais.

Dessa maneira, ao contrário do que se esperava, a escola reforça o abismo que há entre a norma padrão e as variedades utilizadas pelos alunos, seja ela a mais ou a menos prestigiada, enquanto deveria refletir sobre a distinção entre os padrões ideais e os padrões reais.

As aulas de Língua Portuguesa devem promover o ensino da norma culta, porém sem desvalorizar as demais variedades. Conhecer a diversidade linguística e utilizá-la adequadamente demonstra um grau de eficiência e comprometimento com a língua. Não se pode perder de vista o que lembra Castilho (2002, p. 29):

O mais adequado será sensibilizar o aluno para a variabilidade linguística, correlacionando-a com as situações a que corresponde. Esse comportamento implica “descondicionar o público de uma visão conteudista do ensino de língua portuguesa” mediante a realização de atividades bastante motivadoras, porque voltadas para a observação dos fatos da linguagem. Conduzimos assim o aluno a evitar preconceitos e preparar-se para uma eventual mudança ambiente.

Portanto, a Língua Portuguesa — assim como todas as outras línguas humanas — é para ser compreendida como um organismo vivo, heterogêneo, passível de variação e de mudança, que sofre a influência de vários fatores linguísticos e sócio-históricos. Ensinar uma língua é ensinar o aluno a desenvolver sua capacidade comunicativa, entendendo esta como a competência do falante de fazer uso da língua em situações de comunicação real.

Com isso, compreendemos que a partir dos princípios básicos da Linguística, cada falante é único na sua experiência de linguagem. Isso pode ser comprovado na criança, pois ela se desenvolve linguisticamente sem precisar seguir regras, uma vez que ela segue os parâmetros dos pais, dos coleguinhas e dos adultos em geral que fazem parte do seu convívio no contexto social.

A variação linguística está presente na fala e na escrita de qualquer pessoa, “todo mundo sabe que há modos diferentes de se falar uma língua”. Nesse entendimento, é possível afirmar que existem diversas formas de escrever e/ou falar a mesma coisa devido a uma variação de vocábulos, de significados e de diversidade de linguagens que podem ser utilizadas para emitir a mensagem desejada. Diante dessa afirmação, é correto dizer que as sociedades são constituídas por indivíduos diferentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Irandé. **Língua, texto e ensino**: outra escola possível. Parábola Editorial, São Paulo, 2009. (Estratégias de ensino, 10).

_____. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAGNO, Marcos. **Dicionário crítico de sociolinguística**. São Paulo: Parábola, 2014.

_____. **Variação linguística**. In: FRADE, Isabel; COSTA VAL, Maria da Graça; BORTONI RICARDO, Stella Maris. **Educação em Língua Materna – Asociolinguística em Sala de Aula**. São Paulo: Parábola, 2006.

_____. **Preconceito lingüístico**: o que é, como se faz. 15 ed. Loyola: São Paulo, 2002.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna**: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004.

_____. **Nós chegemos na escola e agora?**: sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola, 2005.

BRASIL. (Secretaria de Educação Fundamental). **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília : MEC/SEF, 1997.

CAMACHO, Roberto G. **Variação linguística**. In: **Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1o e 2o graus**. São Paulo, SE/CENP. 1988, 3.v.

CÂMARA JR. J. M. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

DINO, Fioravante Preti. **Linguista brasileiro**. Professor emérito da Universidade de São Paulo, 2003.

GNERRE, M. **Linguagem, escrita e poder**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MARCUSCHI, Luíz Antônio. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 133.

MOURA, M. C. **O surdo**: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter/Fapesp, 2000.

PEREZ, Luana Castro Alves. “**Variação linguística – A língua em movimento**”; Português. Disponível em: <<https://www.portugues.com.br/redacao/variacao-linguisticalinguamovimento.html>>. Acesso em 28 de julho de 2019.

RIBEIRO, Josela Veber. **A variação linguística no ensino de língua portuguesa**. Disponível em: https://www.academia.edu/112426325/A_varia%C3%A7%C3%A3o_lingu%C3%ADstica_no_ensino_de_l%C3%ADngua_portuguesa. Acesso em 29 de julho de 2019.

SILVA, Ana Paula Mesquita da; ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins. **O Papel do Professor Diante da Inclusão Escolar**. Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 5 – nº 1 – 2014.

HYMES, D. (1971). Sobre Competência Comunicativa.

CHOMSKY, Noam. **Linguagem e mente**: pensamentos atuais sobre antigos problemas.

WILLIAM LABOV, **Sociolinguistic patterns**. (Conduct and Communication, 4.) Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972. Published online by Cambridge University Press: 18 December 2008

- LABOV, William. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.